



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

**WASHINGTON, 10 DE MAIO DE 1999**

É para mim um grande prazer estar aqui em Washington e poder dirigir-me a uma audiência tão representativa.

Agradeço ao Senhor James Harmon, Presidente do Eximbank, pela oportunidade que me dá de compartilhar com os Senhores algumas considerações sobre a economia brasileira.

O Senhor Harmon deixou no Brasil, durante sua visita no ano passado, a excelente impressão de alguém pronto a buscar soluções e a construir parcerias.

Vim aqui para lhes dizer como o Brasil vem se recuperando das recentes turbulências que afetaram a maior parte dos mercados mundiais.

Mas antes gostaria de mencionar a boa relação que o Brasil e o Eximbank dos Estados Unidos desenvolveram ao longo das últimas décadas. Essa é uma relação que se tem mostrado sólida e mutuamente benéfica.

E isso foi confirmado com o anúncio do banco, em dezembro passado, de reabertura das linhas de crédito para o setor público brasileiro (suspensas desde 1991). Juntamente com a extensão das operações do Eximbank com o setor privado no Brasil, essa decisão é

auspiciosa para o futuro das relações econômicas e comerciais em geral do Brasil com os EUA.

Senhoras e Senhores, nos últimos anos, o parque industrial brasileiro vem passando por um processo de modernização cuja magnitude não tem precedente em nossa história.

Foram realizados enormes investimentos em infra-estrutura, inclusive na modernização de setores essenciais como transportes, telecomunicações e energia. Estamos levando a efeito um dos maiores programas nacionais de privatização de todos os tempos. Além disso, o processo de integração econômica no Mercosul está transformando nossa região.

Todas essas mudanças contribuíram para que se gerassem no Brasil extraordinárias oportunidades de negócios.

E isso é particularmente atraente para setores exportadores dos EUA, que são para nossas indústrias importantes fontes de inovação tecnológica.

Para nós, o fortalecimento dos laços com os EUA é parte essencial dos esforços para incrementar as exportações brasileiras e assegurar maior participação do Brasil no comércio internacional.

Cinco anos de estabilidade e de progressiva abertura da economia ampliaram a competitividade dos produtos e serviços brasileiros no mercado internacional.

A preservação da estabilidade econômica e a complementação das reformas estruturais que estamos levando adiante são a chance para que se alcance nosso objetivo maior, que é a construção no Brasil de uma sociedade mais justa e equânime.

Por isso, enfrentamos a crise de frente e encontramos a maneira de vencê-la. É o que estamos fazendo. E por isso a economia brasileira está em rápida recuperação.

Desde o seu início, o Plano Real interrompeu o processo inflacionário que durante décadas corroeu o poder de compra dos salários e contribuiu para a manutenção de antigas desigualdades sociais no Brasil.

Simultaneamente, deu-se início a um processo de reformas estruturais (Previdência, administração pública, fim de monopólios estatais) e estabeleceram-se incentivos ao investimento estrangeiro pro-

duativo. Além disso, decidimos enfrentar logo as deficiências de nosso sistema bancário.

Quando a crise da moratória russa complicou a vida dos mercados emergentes, não hesitamos em agir com rapidez. E para isso contamos com o firme apoio do Congresso e da sociedade brasileira em geral.

O cenário apocalíptico previsto por alguns especialistas do mercado não se materializou. O Governo seguiu basicamente duas linhas de ação: a) um rígido controle na área fiscal e a adoção de um programa de ajustes plurianual e (b) a negociação de um acordo internacional envolvendo organizações multilaterais e países desenvolvidos.

Em janeiro, uma série de eventos levou o Governo a flutuar o câmbio.

A mudança do regime cambial abriu novas perspectivas para o setor exportador, ao ampliar a competitividade dos produtos nacionais tanto no mercado doméstico como no externo. Além disso, permitiu a adoção de uma política monetária mais voltada para metas internas e a redução das taxas de juros.

O mais importante foi conter a pressão inflacionária e a volta da indexação.

O impacto do câmbio flutuante sobre o setor privado foi bastante menos dramático do que o inicialmente previsto por alguns analistas. Na média, as empresas brasileiras estavam protegidas contra a desvalorização.

Nunca houve o risco de uma moratória interna do setor público, já que essa dívida é em reais. Com a redução das taxas de juros, a dívida interna será mantida sob controle.

A sociedade brasileira reagiu com prudência e sabedoria diante da possibilidade de uma volta da inflação. Por meio de escolhas cuidadosas, mostrou que atribui grande importância à manutenção da estabilidade econômica.

As metas estabelecidas no acordo com o FMI em termos de inflação estão se mostrando muito conservadoras. Neste momento, estamos mais próximos de uma inflação de um dígito.

Os dados mais recentes (Fipe) indicam uma taxa de 0,47% para o mês de abril e uma projeção de 7% para 1999. Abaixo, portanto, das expectativas do mercado no início do ano. Outras instituições prevêem taxas ainda mais baixas e têm elementos sólidos para isso.

Depois de alcançar mais de 2 reais e 20 centavos por dólar – em um claro exemplo da tendência dos mercados de reagir excessivamente a turbulências –, o Real vem recuperando seu valor.

As taxas de juros estão caindo. E esperamos que cheguem a níveis razoáveis (10% a 12%) até o final do ano.

O mercado está trabalhando com níveis de taxas de juros de longo prazo consideravelmente menores do que as taxas fixadas atualmente pelo Banco Central.

Temos indicações claras de que a confiança no longo prazo está aumentando.

Sabemos que estamos no rumo certo, mas posso assegurar aos Senhores que não há no Governo risco de euforia despropositada.

O excesso de otimismo pode ser perigoso – estamos conscientes disso –, mas o excesso de pessimismo é ainda mais perigoso, já que muitas vezes traz com ele um elemento de profecia auto-realizável.

O comportamento esquizofrênico que tomou conta recentemente dos mercados globais deve ser posto de lado. Deve prevalecer uma visão mais realista da economia.

No Brasil, vamos seguir três linhas de ação básicas para que o País retome os níveis desejados de crescimento: a) um aprofundamento do ajuste fiscal; b) a adoção de uma política monetária baseada em metas inflacionárias e c) a continuação das reformas estruturais.

Permanecemos totalmente comprometidos com uma estrita disciplina fiscal, em todos os níveis de governo, inclusive estadual e municipal. Sabemos como a mudança dos padrões de gastos governamentais é essencial e não pouparemos esforços para aprofundá-la.

As metas fiscais estabelecidas com o FMI estão sendo alcançadas. O superávit primário para o primeiro semestre – incluindo Tesouro, Banco Central e Previdência Social – ficou em 7 bilhões e 100 milhões de reais. O superávit do Tesouro foi de 9 bilhões e 400 milhões de reais.

Não há lugar para complacência na área fiscal. E aqui o governo não abrirá mão de um controle rigoroso. Ele está pronto a fazer o uso de todos os instrumentos de que dispõe para impedir que haja um retrocesso nessa área.

As reformas estruturais terão seguimento. O Governo buscará: a) a adoção da lei de responsabilidade fiscal; b) a aprovação da legislação necessária para a implementação da reforma da Previdência e para a regulamentação dos fundos de pensão privados; c) uma reforma tributária e d) a continuação do programa de privatização.

A reforma tributária é uma prioridade que pretendemos alcançar a médio prazo. As discussões devem ter início neste ano, para que se defina a melhor maneira de proceder. Estou convencido de que o Congresso brasileiro está pronto para tratar desse assunto com o sentido de urgência que ele merece.

Quanto às privatizações, estima-se que gerem por volta de 37 bilhões de reais em 1999. A recente e bem-sucedida privatização da Comgás demonstrou que o programa manterá seu ritmo.

O investimento estrangeiro direto voltou a ganhar impulso, superando 7 bilhões de dólares nos três primeiros meses do ano (31 bilhões de dólares no período de 12 meses até março). Além disso, a maior competitividade dos produtos brasileiros com o sistema de câmbio flutuante deverá levar a uma melhora em nossa balança comercial.

Nessa área específica, entretanto, os resultados até o momento têm sido modestos. Há duas razões principais para isso. Em primeiro lugar, porque a retomada do financiamento das linhas de comércio só se efetivou no final de março. Em segundo, porque as taxas de crescimento dos países latino-americanos e de outras regiões do mundo ficaram abaixo do esperado e os preços de produtos de base estão depreciados.

O bom estado de nossas exportações dependerá, em boa medida, de um crescimento sustentado das economias envolvidas e do fim de políticas protecionistas de parte dessas últimas. O Brasil, apesar do impacto da recente crise financeira, está comprometido em manter aberta a sua economia. Não há, nem haverá qualquer reversão em nossa política de comércio externo.

O conjunto de medidas que procurei aqui delinear terá um efeito positivo sobre as contas correntes, fazendo com que o déficit recue para um nível inferior à estimativa total de investimento estrangeiro.

Em março último, o governo brasileiro recebeu garantias públicas dos mais importantes bancos credores internacionais de que seria mantido por seis meses o mesmo nível de *exposure* do final de fevereiro para tomadores de empréstimo brasileiros, na forma de linhas intrabancárias e comerciais.

No que se refere ao PIB, desenvolvimentos positivos recentes justificam uma revisão para cima das taxas fixadas no acordo com o FMI, que indicavam uma retração de 3, 5% a 4% para este ano.

As perspectivas econômicas apontam neste momento para uma recessão mais suave do que a que se antecipava. Em uma base trimestral, o PIB do Brasil deverá ser maior no final do ano do que no final do ano passado.

Como os senhores podem ver, há razões para algum otimismo em relação ao futuro da economia brasileira. As perspectivas de uma plena recuperação são sólidas. Estamos retomando o caminho do crescimento sustentado.

Vim aqui para trazer duas mensagens básicas. Primeiro, que as coisas estão caminhando bem e a recuperação tem sido mais rápida e mais tranqüila do que o previsto por boa parte dos analistas.

Segundo, que não há nenhum risco de que esses elementos positivos nos desviem do ajuste fiscal e dos objetivos de longo prazo.

Quero assegurar-lhes que o Governo brasileiro prosseguirá no rumo traçado e levará a bom termo os ajustes e reformas essenciais que estão em curso.

Obrigado.